

Lei de Diretrizes vai definir meta do governo

RIO — O ministro da Educação, Murilio Hingel, disse ontem que as metas do governo Itamar Franco para o setor educacional dependem fundamentalmente da aprovação da Lei de Diretrizes e Bases (LDB), em tramitação no Congresso. "O Plano Nacional de Educação depende da LDB, mas nós temos alternativas para investir no setor", afirmou. Hingel conversou com professores na sede da Associação Brasileira de Imprensa, no Rio, durante o encontro Educação, Ensino e Cultura.

Hingel disse que considera um "grande avanço" o projeto da Lei de Diretrizes e Bases ter saído do limbo depois de quatro anos de tramitação no Congresso para entrar em regime de urgência urgentíssima. "Esse é o primeiro passo para a mudança do perfil do setor educacional no nosso País", afirmou. De acordo com Hingel, a

valorização profissional e salarial dos professores é uma das metas prioritárias do governo federal para a reformulação do ensino no País. "A questão é emergente", disse Hingel, ressaltando que "não adianta ter escolas bonitas e bem estruturadas se o ensino é deficiente."

O importante, segundo o ministro da Educação, é que agora governo federal e os profissionais que atuam no ensino "estão falando a mesma linguagem". "Não somos inimigos, não estamos em lados opostos", enfatizou, recorrendo à sua condição de professor para ilustrar a intenção do presidente Itamar Franco de combater os problemas da educação. "O presidente deseja dar à educação um tratamento digno. Tanto que foi buscar um professor de Juiz de Fora para o ministério e chegou até a ser chamado de provinciano por isso."